



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo II – Ação Penal

7.º) Defesa preliminar: Competência originária

“Z”, juiz de direito, foi denunciado pela prática de tentativa de homicídio, por ter desferido um tiro de arma de fogo em seu vizinho, em virtude de uma discussão decorrente da fixação dos limites das duas propriedades. Notificado, apresentou a defesa preliminar, antes de ser apreciado o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de ____.

Processo n.º ____

“Z”, qualificado nos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua advogada, apresentar a sua

DEFESA PRELIMINAR,¹

nos termos do art. 4.º da Lei 8.038/90, em face da denúncia oferecida pelo Ministério Público, nos seguintes termos:

1. Imputa-se ao denunciado a prática de tentativa de homicídio, por ter disparado um tiro contra a vítima “X”, em disputa decorrente da fixação dos limites entre suas propriedades.

2. Entretanto, a denúncia deve ser rejeitada, por tratar-se de fato típico diverso do ocorrido, ausente, pois, a justa causa para a ação penal. Na realidade, conforme se pode observar nos autos do inquérito, o denunciado jamais negou ter desferido o tiro, porém sempre afirmou que a intenção era a de ameaçar a vítima. E não há uma única prova em sentido diverso.

Aliás, por uma questão lógica, se o peticionário quisesse realmente matar o ofendido, teria todas as chances para fazê-lo, uma vez que seu revólver (laudo de apreensão de fls. __) possuía apenas um cartucho deflagrado e outros cinco intactos. Não foi interrompido, em momento algum, por terceiros. Parou de atirar simplesmente por ter atingido o seu objetivo, que era o de concretizar a ameaça, tipo penal diverso do imputado ao denunciado.

¹ Cabe defesa preliminar, nos crimes de competência originária, quando se trata de apurar infração penal cometida por autoridade que tenha foro privilegiado. Assim, antes de ser recebida a denúncia, ouve-se o denunciado (art. 4.º da Lei 8.038/90).

3. Por derradeiro, é fundamental destacar que a vítima não sofreu qualquer lesão, outra prova de não ter havido a vontade de matar, o que desfigura a figura típica constante da denúncia.

Ante o exposto, por cuidar-se de fato tipicamente inadequado, configurando ausência de justa causa para a ação penal, requer-se seja a denúncia rejeitada.

Termos em que,
Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogada